



Instituto Federal de Brasília

*Campus Samambaia*

Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica

GABRIELA CARNEIRO DA SILVA

**A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS: PELO OLHAR DO DISCENTE.**

Brasília

2021

Gabriela Carneiro da Silva

**A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS: PELO OLHAR DO DISCENTE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Licenciatura em Educação  
Profissional e Tecnológica do *Campus*  
Samambaia do Instituto Federal de Brasília  
como requisito parcial para obtenção de título  
de Licenciada em Educação Profissional e  
Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr.: Rodrigo Soares  
Guimarães Rodrigues

Brasília

2021

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DO CAMPUS SAMAMBAIA DO IFB**

Bibliotecária: Gracielle Ribeiro – CRB 1/2128

S586 Silva, Gabriela Carneiro da  
A formação para o trabalho na educação de jovens e adultos :  
pelo olhar do discente / Gabriela Carneiro da Silva. -- Brasília,  
2021.  
35 f.

Monografia (Licenciatura em Educação Profissional) –  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília,  
2021.

Orientadora: Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues

1. Educação de jovens e adultos. 2. Ensino profissional. I.  
Rodrigues, Rodrigo Soares Guimarães. II. Título.

CDU 374.7

Gabriela Carneiro da Silva

**A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: PELO OLHAR DO DISCENTE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica do *Campus* Samambaia do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Licenciada em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr.: Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues

Aprovado em: 19/03/2021

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr.: Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues – Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Msc.: Stela Martins Teles- Membro Interno

---

Prof. Msc.: Robson José Ribeiro dos Santos

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me mantido na caminhada deste projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Sou grato aos meus pais Fátima e Raimundo pelo incentivo aos estudos e pelo apoio incondicional.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Rodrigo Rodrigues pelas valiosas contribuições durante todo o processo.

Aos meus amigos do curso/grupo FIC que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre juntos com espírito colaborativo e compreensivo.

Também agradeço ao Instituto Federal de Brasília -IFB e aos seus docentes, que nos incentivaram durante todo o curso.

## RESUMO

A identificação de como ocorre a formação profissional e tecnológica na Educação de Jovens e Adultos pelo olhar discente, de acordo com as perspectivas de alguns alunos entrevistados que atuam nesta modalidade da Educação Básica do Instituto Federal de Brasília. A práxis pedagógica na realidade pesquisada, com foco principal de analisar a experiência que está sendo vivida por estes alunos, e assim identificar se existe compatibilização acerca das entrevistas e a literatura pertinente. A metodologia que foi usada para esta pesquisa é a qualitativa, que descreve a questão e os argumentos subjetivos dos entrevistados que cursam o Educação de Jovens e Adultos em conjuntos com algumas teorias pesquisadas no decorrer do trabalho. Enfretar as dificuldades para comparecer nas aulas, concluir o curso, são questões pontuadas pois, o aluno precisa trabalhar, e assim, é necessário que haja preocupação nos formatos e integrações das aulas para flexibilizar esse ensino a sociedade atual.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; alunos; teorias.

## **ABSTRACT**

The identification of how professional and technological training in Youth and Adult Education occurs through the student's perspective, according to the perspectives of some students interviewed who work in this modality of Basic Education at the Federal Institute of Brasília. The pedagogical praxis in the researched reality, with the main focus of analyzing the experience being lived by these students, and thus identifying whether there is compatibility between the information and the relevant literature. The methodology that was used for this research is qualitative, which depends on the question and the subjective arguments of the interviewees who study Youth and Adult Education in groups with some theories researched in the course of the work. Facing the difficulties to attend classes, conclude the course, are punctuated questions, because the student needs to work, and thus, it is necessary to be concerned with the formats and integration of the classes to make this teaching more flexible to today's society.

**Keywords:** Youth and Adult Education; students; theories.

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.2 Objetivo Geral.....	8
1.3 Objetivos específicos.....	9
1.4 Justificativa.....	9
<b>2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>14</b>
2.1. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: pontos essenciais ao debate.....	14
2.2. A Educação Profissional e Tecnológica .....	20
2.3. A formação para o trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos .....	24
<b>3 ANÁLISE E COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE AS PERSPECTIVAS PERCEBIDAS NOS ENTREVISTADOS E A LITERATURA ACERCA DA EJA: PROCESSOS FORMATIVOS E PRÁXIS PEDAGÓGICA. ....</b>	<b>27</b>
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>31</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>33</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente tema foi baseado nas contribuições e na adaptação deste ensino Educação para Jovens e Adultos para as diversas idades. Deste modo, será apresentado os pontos positivos e o enfrentamento dos alunos no dia a dia para alcançar a formação do ensino médio por meio do EJA.

O cenário brasileiro perante esta modalidade de ensino, considerando as políticas públicas que são destinadas ao tema, para melhor crescimento e apoio desses alunos será também abordado nesta pesquisa.

A definição da Educação de Jovens e Adultos, como e quando começou, para chegar aos dias atuais e como foi seu crescimento é importante para que se possa entender sua finalidade. Assim, identificando as condições que determinam o êxito ou a reprovação escolar do aluno.

Foi também fundamentado em teóricos na área educacional, as circunstâncias anteriores e novos projetos para inclusão da comunidade nas escolas, desta forma busca-se meios para que o aluno aprenda com eficiência e não apenas frequente as aulas sem aprendizado.

O Proeja foi elaborado inicialmente pelo Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005 como modalidade do EJA, e assim foi denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Existe uma deferência ente EJA e o PROEJA, o primeiro abrange a conclusão do Ensino Médio, e o segundo diz respeito ao Ensino Médio em conjunto com o Curso Técnico. Assim, sendo será abordado pelo olhar discente do cursando o projeto chamado Proeja.

### **1.2 Objetivo Geral**

Descrever como ocorre as perspectivas profissionais e tecnológicas na Educação de Jovens e Adultos, conforme as concepções explicitadas por discentes que atuam nesta modalidade da Educação Básica.

### 1.3 Objetivos específicos

- Descrever como os discentes que possuem formação na EJA, compreendem o processo formativo atualmente realizado nesta modalidade;
- Investigar como funciona a práxis pedagógica na realidade pesquisada com foco na análise da experiência discente nesta;
- Identificar se ocorre compatibilização entre as perspectivas percebidas nos entrevistados e a literatura pertinente acerca da modalidade em questão.

### 1.4 Justificativa

Esta pesquisa é importante pelo fato da Educação de Jovens e Adultos na sua formação para o trabalho ser uma modalidade de ensino na qual possui muitos aspectos positivos para a população que não consegue concluir o ensino médio na idade correta. E através deste projeto as pessoas possuem a oportunidade de concluir e continuar sua vida acadêmica de forma célere e se adequando no horário noturno, pois muitos dos alunos possuem outros afazeres durante o dia.

A Educação de Jovens e Adultos- EJA é um termo utilizado pelo Ministério da Educação, que em sua modalidade existe o chamado PROEJA, este que, é oferecido em conjunto com um curso técnico para que se obtenha o Ensino Médio e o Curso Técnico desejado de forma célere, legal e que ajuda aos discentes a ingressarem em suas carreiras profissionais já capacitados para o mercado de trabalho.

O Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos -PROEJA, foi instituído pelo Decreto 5478/2005 e ampliado pelo Decreto nº 5840/2006, este que possui muita relevância no âmbito social, uma vez que, este programa se destina a inclusão da população na sua modalidade de ensino, a inserção do EJA, como educação profissional para contribuir com o ensino tecnológico da sociedade, dá direito a educação básica a todas as pessoas, independentemente da idade, raça, cor ou gênero.

A sociedade tem como pontos positivos também o trabalho como princípio educativo, este que dá oportunidades a todos de uma nova chance para continuar a aprender e continuar seus estudos, e ainda para melhorar oferece por meio do PROEJA o ensino técnico em conjunto ao Ensino Médio. Assim, a população obtém estudo e uma profissão ao mesmo tempo.

Desta forma, a Educação para Jovens e Adultos é um meio que ajuda a sociedade como um todo, dando oportunidade de estudar a quem ainda não concluiu, independentemente da idade. A modalidade de ensino EJA, é extremamente importante para aqueles que pretendem de forma célere terminar o Ensino Médio e assim ingressar em um curso Técnico e também para aqueles que não terminaram o ensino médio na idade correta. O Documento Base do PROEJA, traz consigo:

A concepção de uma política, cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, pode contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real. Ademais, essas dimensões estão estreitamente vinculadas às condições necessárias ao efetivo exercício da cidadania. (documento Base do PROEJA, p.26)

Conforme disposto pelo Ministério da Educação, o PROEJA, tem apoio das secretarias estaduais de educação, secretarias municipais e ainda Institutos Federais, que procuram sempre o melhor meio de ensinar e promover o trabalho para a sociedade, em busca do crescimento e desenvolvimento do bem comum.

O PROEJA, se desdobra em 15 polos de formação de educadores, programas de pós-graduação lato sensu nos então Centros Federais de Educação Tecnológica, hoje, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme dispõe o MEC. Assim, essa valorização do docente e a instituição do projeto PROEJA na rede federal, estadual e municipal, dispõe a sociedade meios para educação e profissionalismo.

Esta ação significa a valorização da formação do educador e o enraizamento do PROEJA na rede federal, estadual e municipal. Vale ressaltar, nesta oportunidade, como sinaliza Araújo (2004, p.41):

“Historicamente em nosso país, diplomas e títulos eram sinônimos de educação, emprego e prestígio social. A noção de competência, de alguma forma preservou essa cultura. Todavia percebemos que se, em algum momento, os títulos e os diplomas continuam tendo importância para a inserção do profissional inicial, não são suficientemente expressivos para garantirem a permanência do trabalhador. As competências adquiridas no percurso da jornada escolar e da vida, aliadas à capacidade de “busca” constante, é que dão essa garantia. A educação continuada e a diversificação das experiências profissionais podem se constituir em instrumento de atualização de conhecimentos e renovação de competências.” (ARAUJO, 2004, p. 41)

A consolidação do PROEJA, é fundamental que seja aplicado algumas formas de potencializar o projeto. Como a exemplo: de atendimento; pedagógicas; de formação inicial e continuada de docentes; de financiamento; de divulgação; da revisão de marcos legais; e de infraestrutura (BRASIL/MEC/SETEC/DPAI, 2007). Uma vez que, este projeto ajuda a sociedade como um todo.

No entanto, alguns princípios de políticas públicas vêm sendo aplicados, que estão levando em consideração a situação de vida real da população:

“Considera-se que a EJA atende um universo de pessoas jovens, adultas e idosas bastante diverso, com trajetórias de vida distintas, com ou sem repertório escolar prévio, que chegam da ou retornam à escola movidos por interesses e disponibilidades também diferenciados. A EJA tem compromisso em promover a justiça educacional priorizando as mulheres, nômades, negros, índios, idosos, camponeses e portadores de necessidades educativas especiais.” (Política Pública de EJA, 2001, pg. 52)

E a partir da justa justificativa social das contribuições do PROEJA na formação para o trabalho, é também possível ressaltar que existe ponto positivo de forma a contribuir para a educação do país. Pois, as políticas públicas utilizadas são em prol do crescimento social e consequente melhora na educação nacional.

No meio as dificuldades, pode ser descrito como exemplo, diversas situações de melhoria que consequentemente ajudam na melhoria social e educativa do país, conforme dispõe: (GOMES E VALDEZ, 2009, p.27):

“expandir o atendimento na EJA não só da população que nunca foi à escola, mas, também, daquela que ingressou na escola e foi excluída antes de concluir os estudos na idade regular e não conseguiu participar plenamente da vida econômica, política e cultural do país; criar programas que necessitem de institucionalidade e continuidade, superando os modelos de campanhas emergenciais, de curto prazo, como os que marcaram a história da EJA no Brasil; assegurar gratuitamente oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho; viabilizar e estimular o acesso e a permanência do jovem e adulto trabalhador na Escola; possibilitar o acesso à educação profissional; garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; criar espaços adequados para jovens e adultos; elaborar material didático apropriado; formar profissionais especializados na EJA; elaborar programas de atendimento à saúde dos alunos da EJA, principalmente, no que se refere à prevenção ao uso de drogas e prevenção à maternidade precoce; disponibilizar atendimento oftalmológico incluindo o oferecimento de óculos aos alunos da EJA que deles necessitam; propiciar uma iluminação adequada na sala de aula dos alunos da EJA; incluir

material didático-escolar, uniforme e transporte ao aluno da EJA; possibilitar a elevação da escolaridade articulada com a qualificação para o trabalho; possibilitar a inserção no mercado de trabalho para aquele que ainda não se encontra nele inserido; criar oportunidade de educação permanente através de cursos de qualificação para o trabalhador; resgatar a dívida social erradicando o analfabetismo. (GOMES E VALDEZ, 2009, p.27)

São várias as promoções que podem ser expandidas com o PROEJA, algumas delas já estão em ação e isso faz da população um país melhor em desenvolvimento educacional e social, uma vez que, com a educação, tudo pode melhorar e transformar vidas a partir de exemplos que serão repassados de geração à geração, e cada vez mais a educação vai se aperfeiçoando e ajudando no crescimento do Brasil.

A educação é a aquisição de conhecimentos, cultura, crença, hábitos, valores, moral. O EJA proporciona um currículo muito grande, o qual contribuiu para todos na sociedade, como o EJA especial, EJA nas prisões, EJA na educação do campo, EJA e diversidade, EJA educação a distância, educação profissional na EJA, assim, preceitua a SEEDF. Além do mais, está previsto na Carta Magna em seu Capítulo III, “Da educação, da cultura e do desporto, em sua Seção I da educação”, em seu artigo 205, conforme se pode visualizar abaixo:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 206, também dispõe:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

E assim, também preceitua sua forma que será ministrada o ensino. Nota-se a partir da teoria que existe preocupação do Estado perante a Educação no país. No entanto, ainda faltam muitas políticas públicas para melhorar o crescimento dos alunos desses diversos tipos de ensino, assim, formando novos projetos e adaptando os alunos na sociedade, a fim de que se profissionalizem e ajudem no crescimento e desenvolvimento do país.

## **2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

### **2.1. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: pontos essenciais ao debate.**

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil compreende a modalidade de educação de maneira ampla, no qual engloba economia e política e assim, envolvendo também os grupos que estão no poder no momento da sua transformação e desenvolvimento, segundo Paola (2006). Esta modalidade de ensino sempre lutou e passou por dificuldades para se manter ativa na sociedade.

Em 1940 a Educação de Jovens e Adultos foi dando seus primeiros passos, assim, também iniciou a política Educacional Nacional, conforme mencionado por Ribeiro (2001), no qual se constituiu como política educacional. Ressalta que, nessa época os sujeitos aprendiam em conjunto com suas construções individuais e coletivas, lembrando sempre as teorias de Paulo Freire, no qual destacava o uso da educação como forma crítica e reflexiva, em que o aluno participa do processo de aprendizado construindo sua própria autocrítica.

A Educação de Jovens e Adultos foi criada a partir de erros e de adequação de currículos e formatos diversos de aprendizagem até ir se adequando ao que se visualiza como ideal no momento, desta forma, houve diversas aplicações pedagógicas para ir adaptando o aluno e professor no melhor método de ensinamento e aprendizado. No entanto, ainda existem locais que se utilizam de características próprias.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos veio após a Educação Jesuítica, que tinha como destino a formação indígena e catequese da Igreja Católica. Mas somente a partir dos anos de 1940, que a EJA passou a ser tratado em consonância de um sistema diferenciado e com significado para o Brasil no que tange os fundamentos da Educação.

Desde a época então, a Educação de Jovens e Adultos se aperfeiçoa, e isso foi se estendendo na política de Getúlio Vargas, que assim, foram implementando políticas públicas para essa modalidade de ensino, conforme descreve, Ribeiro, (2001).

Surgiu diversos questionamentos de como deveria ser tratado a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que, era necessidade da população a educação para essa faixa etária adulta. Desta forma, foi criado o Fundo Nacional de Ensino Primário no ano de 1942, e em conjunto os programas que ampliam essa modalidade de ensino, pois, a taxa de analfabetismo era alarmante.

Segundo Haddad (2000), na política de Getúlio Vargas, no ano de 1945, surgiu cobranças da Unesco, “denunciava o mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos no processo de desenvolvimento das nações”. Deste modo, propor a alfabetização ajudaria no crescimento da Educação de Jovens e Adultos e no desenvolvimento do país, tendo em vista que era considerado como país subdesenvolvido.

Desta forma, as cobranças advindas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO foram expostas a muitas preocupações com o analfabetismo no Brasil. Sendo assim, os órgãos do governo não mediram esforços para entender melhor o processo de Educação de Jovens e Adultos.

No ano de 1947, o movimento que ficou marcado e ajudou no desenvolvimento desta Educação mencionada em alhures foi o SEA- Serviço de Educação de Adultos, que assim, foi lançado para atender pedido da Unesco em favor da Educação, no qual, criou cursos primário para adultos, segundo dispõe, Paiva (1987).

Vale ressaltar em palavras simples que a implementação dessas políticas públicas era essencial naquela época para o crescimento do país, tendo em vista que a educação sempre esteve ligada de forma direta ao desenvolvimento e crescimento do Brasil, pois o analfabeto não colaborava na reabilitação econômica e industrial do país. Como se pode perceber o analfabeto era rejeitado, conforme descreve Paiva (2001, p. 184):

“(...)a ideia central (...) é a de o adulto analfabeto é um ser marginal que não pode estar à corrente da vida nacional” “E associam-se a crença de que o adulto analfabeto é incapaz ou menos capaz que o indivíduo Alfabetizado. (...)” (PAIVA, 2001, p.184)

Não obstante, a interpretação houve mudanças, e os preconceitos foram diminuindo ao longo das movimentações populares, e assim, passou ser algo menos gravoso. Com isso a EJA, também foi criando forças e sendo explorada pela população, mas a valorização deste ensino ainda precisava ser melhorada. Haddad (2000, p. 111), descreveu:

(...) a agora a característica do desenvolvimento das potencialidades individuais, e, portanto, como ação de promoção individual, a Educação de Adultos, passa a ser uma condição necessária para que o Brasil se realizasse como nação desenvolvida(...) (HADDAD, 2000, p.111)

Período este que foi essencial e marcante para a Educação de Jovens e Adultos, no qual fortificou os programas e políticas educacionais com a importante criação do Fundo Nacional do Ensino Primário,, como relata Ribeiro (2001, p. 59):

“(…) A criação do Fundo Nacional do Ensino primário em 1942 do Serviço de Educação de Adultos, da Campanha de Educação de Adultos, ambos de 1947, da Campanha de Educação Rural, iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958.” (RIBEIRO,2001, P.59)

É muito válido deixar registrado que, os grupos sociais como sindicatos e outros, foram de grande valia e responsáveis para que a educação fosse voltada para a transformação. A Educação de Jovens e Adultos tem-se como uma modificação social e cultural, conforme as ideias de Paulo Freire.

Segundo Cunha (1999, p. 12) “(…) antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária(…)”. Na década de 1960, outras campanhas como a citada anteriormente foram surgindo, mas com visões diferentes das anteriores, e priorizavam uma educação igualitária a todos, no qual prezava erradicação do analfabetismo para melhorar as condições de vida da população brasileira e melhorar a imagem do país.

Como exemplo de campanhas para a Educação de Jovens e Adultos podem ser citados: O Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular de Recife, De pé no chão também se aprende a ler, de Natal, Plano Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, entre outros.

A educação de Paulo Freire sempre foi referência para a educação de jovens e adultos, uma vez que, o aluno durante a aprendizagem, possui uma educação crítica e com diálogos. Assim sendo, seus pensamentos podem ser encontrados no Plano Nacional de Alfabetização, este que tinha como destino a atenção maior a população analfabeta:

(…) a luta entre os estudantes e intelectuais das diversas orientações político-ideológicas dentro do movimento sindical, por isso foi a visada pelos acordos que resultaram da utilização do método Paulo Freire, entretanto também outros interesses eleitorais começaram a se manifestar e se a refletir no programa(…) (Paiva, 1987, p. 258)

No entanto, com o surgimento da Ditadura Militar, alguns dos programas foram perdidos e foram mantidos apenas programas conservadores, por esse motivo muitos dos programas desenvolvidos não se expandiram pelo Brasil, pois, em sua maioria tinha como base

ser cristã. A partir daí surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que fora “(...) fruto do trabalho é realizado por grupo interministerial que buscou uma alternativa ao trabalho da cruzada ABC(...)” (HADDAD, 2000 p.114), entretanto, parte do projeto foi substituído por ações sociais ao Regime Militar.

Contudo, em meados aos anos de 1971, surgiu com a Lei 5692 de 1971, o Supletivo, que tinha como objetivo a busca de complementar a escolarização e o analfabetismo e assim, trazia para a sala de aula os alunos que não conseguiram concluir os estudos no tempo devido, de acordo com a idade escolar correta. Outra finalidade desta modalidade de ensino era atender os interesses do governo, conforme Haddad (2000, p. 117), expõe:

“O ensino supletivo foi apresentado à sociedade como um projeto escola de futuro, elemento de um sistema educacional compatível com a modernização socioeconômica, observada pelo país nos anos 70. Não se tratava de uma escola voltada aos interesses de uma determinada classe popular, mas de uma escola e por sua clientela pois a todos deveriam atender uma dinâmica permanente de atualização”. (HADDAD, 2000, p.117)

É válido salientar que o Supletivo naquela época tinha imposição da Ditadura Militar que objetivava a educação técnica, com finalidade de atender o mercado de trabalho e assim, foram implementados ensino por meio eletrônicos, como a televisão e o rádio.

A Ditadura Militar teve fim na década de 1980, e houve uma liberdade para a sociedade com a abertura de novos planos para a EJA. O que não pode deixar de ser citado aqui é que o MOBRAL foi substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos.

No ano de 1988 na Constituição Federal surgiu o tema da Educação, e a partir daí foi estabelecido a Educação Básica oferecida pela EJA. A Constituição Federal (RIBEIRO, 2001) dispôs que o ensino presencial também seria válido, e não apenas o não presencial, mas não se tinha muita preocupação com a qualidade de ensino. Vejamos:

“(...) nenhum jeito institucional foi mais importante para a Educação de Jovens e Adultos, nesse período que a conquista do Direito Universal ao Ensino Fundamental Público e gratuito, independentemente da idade, consagrado no artigo 208 da Constituição de 1988(...)” (HADDAD, 2000, p.120)

Com a extinção da Fundação Educar no ano de 1990, quando ocorreu a descentralização, no qual os municípios tinham a responsabilidade perante a educação, o governo tentou criar o PNAC Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, mas com o impeachment ele foi deixado de lado por Itamar Franco.

O principal instrumento da Reforma da Educação, foi aprovação da Emenda Constitucional 14/96, que suprimiu das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988, o artigo que comprometia a sociedade e os governos, a erradicar o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental até 1998, desobrigando o Governo Federal de aplicar nessa finalidade a metade dos recursos vinculados à educação (,,) (HADDAD 2000 p. 123)

Desde esse período, permaneceu um problema, que a EJA visualizada em um Ensino noturno de segunda linha, que tem como características a complementação e compensação, onde se tem adultos que não conseguiram concluir o ensino médio. Assim, essa modalidade de ensino levou a uma paralisação de investimentos na EJA. (Ribeiro, 2001).

Em 2008 a Educação de Jovens e Adultos passou a vigorar na Leis das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e assim, foi designada como Direito Público. E conforme surgiu o parecer CNE CEB 11/2000, este ressalta que a Educação de Jovens e Adultos, não é modalidade de suprir a educação perdida, mas sim a oportunidade de uma nova educação.

No que tange à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei nº 9.394 de 1996, Haddad (2000) afirma, que essa lei “dedica a essa educação de jovens e adultos uma seção curta e pouco inovadora”. Conforme a Educação foi sendo decretada nas leis brasileiras, ela foi criando mais força e se concretizando cada dia mais, pois as leis eram assistencialistas e populares.

Em 1990, o programa PAS-Programa de Alfabetização Solidária foi de grande importância, pois, contribuiu para alfabetizar, no entanto, as gestões dos governos sempre tiveram como prioridade a população jovem e somente depois veio a atingir outros públicos. Vale ressaltar, que houve investimento financeiro também em vários programas a fim de implementar projetos.

Logo depois veio o Decreto 6093 de 24 de abril de 2007, que tinha como objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos, e assim, virou uma conquista, pois este passou a financiar a educação dessa população que era precária em relação ao governo do momento. E assim, alguns estados seguiram o exemplo, melhorando cada vez mais na erradicação do analfabetismo.

A educação popular era bem conhecida também, no entanto, ao utilizar a visão de Paulo Freire, a população tinha um conceito de liberdade, igualdade, assim, o intuito era superar os menos favorecidos e acabar com a pressão da sociedade. Na EJA houve uma grande contribuição com a educação popular, no que tange o atendimento de reivindicações de melhorias. (BRANDÃO, 1984, p.52)

“durante um período de cerca de 20 anos do mesmo modo como aconteceu em outros domínios de trabalhos sociais com setores populares, a Educação de Adultos passou de uma ênfase na integração de indivíduos na sociedade, para uma outra cujo objetivo era atuar sobre grupos e comunidades que educados organizados e motivados assumissem em seu nível, o seu papel no processo de desenvolvimento”. (BRANDAO, 1984 p.52)

Segundo Brandão 1984, a EJA, recebeu sim nos tempos primórdios apoio governamental, no entanto, todas as épocas foram importantes para sua evolução e crescimento que assim geram trocas educacionais, e a cada dia ainda continua a se aperfeiçoar, conforme utilização de novas políticas públicas e o acompanhamento da carência da sociedade como um todo, sem determinar a idade de aprendizagem.

Para Paulo Freire (1987) a educação popular tem a conscientização de que a Pedagogia do Oprimido seria deixada de lado, para então providenciar posturas de luta e mudanças para a liberdade, que muitas classes sociais não tinham. “(...) libertação aqui não chegará pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca pelo conhecimento e pelo reconhecimento da luta por ela. (...)” (FREIRE, 1987, p 31)

Paulo Freire demonstrou sempre nos seus interesses que o melhor era a criação de uma educação de igualdade, que ultrapasse os ideais de aprendizagem e do ensino. Assim, a troca de relações culturais entre docente e discente, no trabalho, família e outros locais era importante. "Se sempre confiamos no povo, sempre rejeitamos fórmulas dadas, sempre acreditar que tinha algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe". (FREIRE, 2007, p.110).

Desta forma, Paulo Freire foi essencial para a Educação de jovens e adultos, com suas práticas de igualdade, sujeitos críticos, que até os dias atuais ainda são utilizadas nas escolas:

“desde logo afasta qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica, desde logo pensávamos alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de uma consciência na imersão que fizeram no processo, de nossa realidade no trabalho como que tentássemos a promoção da ingenuidade, em criticidade ao mesmo tempo em que alfabetizarmos”. (FREIRE 2007 p.112)

Concretizando, os trabalhos ministrados em sala de aula, são realizados com a busca da aproximação do docente com o discente, nas experiências percebidas no dia a dia, com trabalhos e debates, que são utilizados para melhor aproximação com a instituição, buscando sempre o acolhimento.

“(…) de discutir-se, a EJA nas novas estruturas de funcionamento da Educação Básica - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB) criam-se isto estruturas gerenciais específicas para EJA nas secretarias estaduais e municipais.” (ARROYO, 2006, p.20).

O processo de educar através de novo modelo educacional começou a perceber forma, diferente do que era antes, com uma educação de jovens e adultos mais completa, analisando o sujeito, seu modo de aprender, a sua experiência de vida, o ambiente, pois agora possuem uma modalidade específica, e que deve ser desenvolvida plenamente.

## **2.2. A Educação Profissional e Tecnológica**

Conforme descreve o Ministério da Educação (2018) a educação profissional tecnológica tem como objetivo garantir à sociedade os direitos dos cidadãos de adquirir e se aperfeiçoar em uma profissão da sua escolha, para que estejam aptos e sejam inseridos em suas profissões nos quais utilizem de tecnologias. É uma educação que proporciona a profissão ao cidadão de forma célere e objetiva, uma vez que a Educação Profissional e Tecnológica vai ao ponto no qual o profissional deve ser capacitado.

Uma das principais disposições desta educação é formar pessoas para que se suas capacidades sejam para fazer coisas novas, e não apenas fazer o uso da repetição teórica de outros grupos. Desta forma, a mente humana se tornará mais crítica, desenvolvida e curiosa para que não desista do que precisa ser feito e desvendado, formando uma sociedade mais profissional e curiosa no que tange a adquirir conhecimentos e resolver as situações do dia a dia em sua profissão. Durante o processo de aprendizado o aluno precisa ser crítico e está disposto a aprender, pois a partir daquele curso ele será um profissional capacitado para o mercado de trabalho, segundo Ministério da Educação (2018).

Portanto, não precisa ter idade para que se tenha uma educação profissional, primeiro passo é preciso cidadãos ativos que tenham o interesse de se profissionalizar, que aprendam cedo a encontrar as coisas por si mesmos, em parte por sua atividade espontânea e, em parte, pelo material que é preparado aos alunos que cursam.

A educação profissional parte de alguns princípios, como a organização curricular para que o aluno e futuro profissional possa entender e se organizar da melhor forma para que aprenda tanto na teoria como na prática as questões relacionadas a sua profissão escolhida e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define

a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade, assim sendo, descreve o MEC (2018).

Esta organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, com a inclusão de fundamentação científica, humana e teórica. A educação profissional deve ser levada em consideração seu aprendizado principalmente prático, pois os alunos precisam muito de visualizar os ensinamentos na prática, após a teoria, para melhor compreender os atributos de um profissional para a área que este escolher.

Conforme a teoria do portal do Ministério da Educação (2018, p. 4) os objetivos principais do ensino tecnológico são:

“Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos; Incentivar a produção a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho; Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços; Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias; Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação; Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos; Garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.”(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 4).

Diante de tais princípios, o objetivo desta educação é o desenvolvimento do aluno e sua capacidade empreendedora e compreensão do procedimento tecnológico de sua futura profissão, com finalidade de aperfeiçoamento profissional e assim, melhorar sua posição subjetiva, manter um trabalho e qualificação profissional, em conjunto com o crescimento e desenvolvimento do país.

Partindo para suas características, o Ministério da Educação (2018) entende que, existe a sua natureza, e independentemente de serem científicas ou tecnológicas, ambos possuem vínculo com o trabalho, a sua densidade é tecnológica.

A busca é pela formação tecnóloga, que sempre foi ligada a frequente produção de bens e serviços para um melhor desempenho profissional, na sua demanda é essencial serem ofertados curso de bacharelado como tecnólogo, uma vez que, todos são fundamentais ao mercado de trabalho, para que se tenha perfis profissionais diferentes a fim de suprir as necessidades da sociedade.

O tempo de formação do tecnólogo é algo que seja imediato para que a população consiga de forma prática atender o mercado de trabalho de forma profissional e inteligente. Pois, após a formação no curso tecnólogo, o profissional aprendeu a prática e teoria, pois a sua intenção realmente era sua formação profissional na área que possui afinidade e que gostaria de entrar no mercado de trabalho de forma rápida e profissional.

Entretanto, também existem alguns saberes desses profissionais que são fundamentais para obterem a autonomia profissional, conforme preceitua o (MEC, 2018, p. 8):

“Saber identificar, avaliar e valorizar suas possibilidades, direitos, limites e necessidades, saber formular e conduzir projetos e desenvolver estratégias, individualmente ou em grupo, saber analisar situações, relações e campos de força sistêmica, saber cooperar, agir em sinergia, participar de uma atividade coletiva e partilhar liderança, saber construir e estimular organizações e sistemas de ação coletiva do tipo democrático, saber gerenciar e superar conflitos, saber conviver com regras, servir-se delas e elaborá-las e saber construir normas negociadas de convivência que superem as diferenças culturais.” (MEC, 2018, p. 8)

Conforme foi descrito pelo Ministério da Educação essas regras e saberes descritos acima, são essenciais para o desempenho profissional tecnológico, e é válido comentar que, essas regras são básicas também para boa convivência em sociedade, pois, a partir delas o ser humano compreende a empatia pelo próximo para que possa viver bem em busca do bem comum, como é o princípio fundamental do Estado.

É muito válido ressaltar também que, a organização curricular para aprendizado e desempenhos dos discentes tecnólogos é elaboração de projetos pedagógicos, conforme demonstra a Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 12 e 13. Vejamos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019)

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

XI - promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

O segundo passo, conforme descrito pelo MEC, é definir o perfil profissional do curso, já o terceiro passo é a definição das competências profissionais, nas profissões regularmente legais, que sejam atribuídas as funções definidas na lei, no quarto passo se deve identificar os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para serem explorados e desenvolvidos nas profissões, logo após devem ser organizados o currículo, como o estágio supervisionado que traz a prática para a sala de aula e como último critério, deve ser elaborado um plano de curso para organização dos alunos e professores durante o ano letivo.

Desta forma, segundo Piaget [s.d.], o objetivo da educação é a criação de homens capazes de fazer novas coisas, não somente repetir a que já foram feitas, mas sim, formar homens criativos, descobridores e que possuem interesse em obter mais conhecimento. E isso o curso tecnológico oferece para a sociedade como um profissional.

### **2.3. A formação para o trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos**

Segundo Paulo Freire (2001), a Educação de Jovens e Adultos-EJA é uma modalidade da educação básica destinada ao atendimento a pessoas jovens, adultas e idosas da classe trabalhadora que, no decorrer de sua história, não iniciaram ou até interromperam sua trajetória escolar em algum ou em diferentes momentos de sua vida.

Os professores a fim de garantir um ensinamento de qualidade para esta modalidade de ensino é importante uma preparação antecipada, uma vez que, precisa ser garantido a permanência dos alunos nas aulas para que não desistem na metade do caminho, que os alunos consigam aprender e se situar no ambiente independentemente de suas idades, de forma que esteja para fazer a diferença na educação do aluno.

O professor, entre teoria e prática, promove reflexões importantes, debate com seus pares e amplia seu repertório de conhecimentos para aprimorar sua prática e conseguir proporcionar aos alunos, um ensino de qualidade.

Contudo, questões que devem ser refletidas, no que tange, a atuação do professor em sala de aula. Como o exemplo de práticas utilizadas para formar um docente de EJA estão em compreender e valorizar a diversidade dos alunos e suas culturas? Os docentes reconhecem que precisam de uma preparação diferenciada para a prática em ministrar aulas para esses alunos? Fica a indagação.

Quando se questiona esse assunto, é importante a participação da comunidade como um todo e dados gráficos, para que assim, possam os docentes repensar nas suas práticas pedagógicas e assim, aperfeiçoar sempre. Conforme Freire (2001) destaca que o EJA permite um currículo que abrange as diversas pessoas, pode ser jovem, adulto, idoso e assim sucessivamente, com uma diversidade grande, independentemente de cultura, religião, política. Desta forma, a formação do professor de Educação de Jovens e Adultos deve ter um enfoque

no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação e atendimento a esse grupo tão heterogêneo de alunos.

Entretanto, é válido salientar que, a formação acadêmica de graduação do professor para atender a especificidade da EJA é ainda principiante, no qual não se aprofundam. Assim, para diminuir essa defasagem dos alunos, a formação continuada ao longo da carreira profissional pode colaborar para os docentes dessa modalidade de ensino, com troca de experiências com seus colegas, com direção a um trabalho pedagógico preparado a enfrentar a diversidade cultural de seus alunos e, por consequência, melhorar o desenvolvimento dos alunos.

É indispensável que o docente saiba respeitar e compreender a diversidade cultural e idade dos discentes, e também temas que envolvem, identidades, classe, raça, linguagem, forma de se expressar. Valorizando o que cada aluno tem a oferecer e juntos construir mais aprendizado e educação.

Desse modo, o docente de Jovens e Adultos para colaborar com a aprendizagem dos alunos deve estar preparado para atender cada um, em todas as suas particularidades e, portanto, deve conhecer seus alunos e suas necessidades. E não apenas sobrecarregar o aluno, mas tentar compreender e ajudar no processo de crescimento.

Assim, segundo Freire (1996), para que se obtenha um avanço é importante garantir os direitos e defender a aprendizagem ao longo das idades, independente de achismo, pois, não existe idade correta para se aprender, sendo ela constante e infinita para todos os seres humanos. Os alunos do EJA não estão buscando conhecimento e formação no tempo e idade incorreta, uma vez que, apenas estão dando continuidade em sua aprendizagem perante a sociedade, com finalidade talvez de entrar em uma faculdade ou curso técnico para formação profissional. Conforme Freire (2001) descreve:

“aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social” e deste modo é importante que o compartilhamento do Currículo seja um processo reflexivo do fazer pedagógico, das aprendizagens coletivas, da apropriação de novos saberes e troca de experiências, pois a EJA oportuniza a todos nós a aprendizagem contínua, uma vez que o “ser humano jamais para de educar-se” (FREIRE, 2001, p. 13).

Segundo Arbache (2001), a formação do professor da Educação de Jovens e Adultos deve priorizar em primeiro lugar ao conteúdo, metodologia, avaliação e atendimento a esse campo da educação tão diversificado e que possui interesse e pouco tempo disponível para aprender e realizar atividades proposta em sala de aula para fazer fora do horário da aula, uma

vez que muitos trabalham e precisam sustentar suas famílias, fazendo então que esses tenham interesse a construir um ensino médio completo e até mesmo a realização de um bacharelado ou curso tecnológico.

Deve então o docente valorizar o conhecimento dos alunos e de forma proveitosa aprender e ensinar com os mesmos, para que juntos construam saberes e curiosidades antes debatidas. Percebe-se o que se diz, nas palavras de Arbache (2001):

“Visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a elas recorrem torna-se, pois um caminho renovado e transformador nessa área educacional.” (ARBACHE, 2001, p.22)

A análise deste tema “A formação para o trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos” remete ao velho ditado “mudar é preciso”, uma vez que, a partir de um processo moldado pela transformação, se pode obter bons resultados produtivos. E neste caso se engloba o ensino, e assim se traduz por adquirir de um processo mais interiorizado: a aprendizagem. Conforme pensamento descrito por Zabala (1998).

Isto posto, vem a interrogação: o que o docente deve levar para inovar em sala de aula, além de descrever a sua formação acadêmica? É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos.

Consequentemente a forma que o docente organiza a aula, as estimulações, as expectativas que são depositadas, os materiais que são utilizados, cada momento e decisão determina experiências educativas. Assim, vale ressaltar que é possível que estas nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação, conforme Zabala (1998).

Em face de ampliar as questões aqui levantadas, a formação dos discentes é pré-requisito para melhorar a qualidade da educação. Com fundamento nesses pressupostos, não existe incerteza que a qualidade do ensino deve ser obrigatória, para que haja uma formação continuada sem evasão de alunos. Acredita-se que as ações do professor na sala de aula como roda de conversa, trabalho, discussões, diálogos, igualdade de fala, voz ao aluno, mediação e facilitação na comunicação - possibilita melhoras e consequentemente, legitima que mais alunos procurem formação, se aperfeiçoando profissionalmente para o trabalho.

### **3 ANÁLISE E COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE AS PERSPECTIVAS PERCEBIDAS NOS ENTREVISTADOS E A LITERATURA ACERCA DA EJA: PROCESSOS FORMATIVOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.**

Com o intuito de levantar dados acerca do tema aqui debatido nesta pesquisa, foi aplicado um questionário, que contribuiu para compor um formulário do Google forms que foi encaminhado à educandas e educandos da EJA do Instituto Federal de Brasília-Campus Samambaia. Os participantes foram dois estudantes do sexo masculino e duas estudantes do sexo feminino, respondentes da pesquisa.

Segue abaixo as perguntas e respostas e em seguida, a análise à luz de estudos, obras e autores que permitem entendimento e reflexão acerca do que se lê nos questionários e conclusões retiradas a partir desta pesquisa com fim principal em melhorar cada dia mais a educação do Brasil.

**Questão 1:** Quais características dos professores podem ajudar no crescimento do estudante em sala de aula?

- Resposta 1: Um bom professor deve tentar ver quais são as dificuldades do aluno e trabalhar para ajudar os alunos nessas dificuldades. Ele deve ter atenção e cuidado com a turma e com as formas de aprender.

- Resposta 2: Gosto de quando o professor sabe como ensinar de forma diferente e não fica só passando coisas no quadro, mas que também tenta ensinar a gente de outras formas. Gosto de professores que conversa com a gente também, pois não são todos que conversam.

- Resposta 3: Para mim, o bom professor tem que saber a matéria e tem que saber como ensinar, porque aqui, tem professores que sabem muitos conteúdos, mas nunca sabem como ensinar a gente de verdade.

- Resposta 4: Os melhores professores são aqueles que se preocupam com a maneira que a gente aprende e não ficam só enchendo a gente de conteúdo sem perceber se estamos aprendendo de verdade ou não.

Passando a verificar a **Questão 1** e as respostas acima mencionadas de 4 alunos do PROEJA do Instituto Federal de Brasília, campus Samambaia, verifica-se que todas possuem um mesmo sentido, a vontade do professor de ministrar a aula de forma a se aproximar e entender o lado do aluno. Desta forma, conclui-se que o professor deve ser um mediador/facilitador.

Segundo o Manual de Mediação Judicial (2015), o mediador possui como objetivo auxiliar as partes de forma imparcial a resolver suas questões, e não está naquele ambiente para

julgar e sim para ajudar a melhor entender suas perspectivas, interesses e necessidades com intuito de facilitar a comunicação entre as pessoas.

Desta forma o docente deve saber conversar com os alunos e não apenas “mandar e o aluno obedece”, pois essa atitude distancia o aluno e professor. E segundo algumas teorias o aluno passa ter mais dificuldades para aprender.

Posso afirmar agora que, se a professora é coerente-mente autoritária, ela é sempre o sujeito da fala, enquanto os alunos são continuamente a incidência de seu discurso. Ela fala a, para e sobre os educandos. Fala de cima para baixo, certa de sua certeza e de sua verdade. E até quando fala com o educando é como se estivesse fazendo favor a ele, sublinhando a importância e o poder de sua voz. Esta não é a forma como a educadora democrática fala com o educando, nem sequer quando fala a ele. Sua preocupação é avaliar o aluno, é constatar se ele a segue ou não. A formação do educando, enquanto sujeito crítico que deve lutar constantemente pela liberdade, jamais move a educadora autoritária. Se a educadora é espontaneísta, na posição do “deixa como está para ver como fica”, abandona os educandos a si mesmos e termina por nem falar a nem falar com os educandos. (FREIRE, 1997, p. 59).

Segundo as perspectivas dos alunos se pode concluir que a forma de se expressar com os discentes faz a total diferença e pode ser uma característica diferenciadora e democrática, deixando o aluno mais confortável, e assim vai aprender com mais facilidade. Esse professor facilitador e criativo nas atividades que englobam todos alunos faz diferença no cotidiano.

Se, porém, a opção da educadora é democrática e a distância entre seu discurso e sua prática vem sendo cada vez menor, vive, em sua cotidianidade escolar, que submete sempre à sua análise crítica, a difícil mas possível e prazerosa experiência de falar aos educandos e com eles. Ela sabe que o diálogo não apenas em torno dos conteúdos a serem ensinados mas sobre a vida mesma, se verdadeiro, não somente é válido do ponto de vista do ato de ensinar, mas formador também de um clima aberto e livre no ambiente de sua classe. (FREIRE, 1997. p. 59)

Conclui segundo Freire (1997) que a visão do país não está apenas na escola democrática, mas deve ser pensado a respeito deste assunto, tendo em vista que, formar cidadãos críticos e capazes faz bem para o desenvolvimento do país.

**Questão 2:** Quais as ferramentas que o docente pode utilizar para incentivar os alunos a pensarem de forma autônoma e crítica?

- Resposta 1: Aulas divertidas, conteúdos que façam parte da vida da gente e trabalhos que envolvam toda a turma, não é só passar tarefas e dever no quadro.

- Resposta 2: Gosto quando o professor faz a gente pensar e mistura o conteúdo com alguma coisa da nossa vida.

-Resposta 3: O professor tem que saber ensinar o conteúdo de formas diferentes, pois nem todo mundo aprende com dever e professor falando o tempo todo ou só escrevendo no quadro. Gosto quando conversa e mostra a matéria de outras formas.

-Resposta 4: Eu gosto quando passa filmes, reportagens, música, poesia. Tem que saber colocar o assunto da aula em outras coisas diferentes, porque aí a aula fica legal de verdade.

Conforme se pode visualizar nesta pergunta, o docente necessita de ferramentas para o aprendizado dos discentes. Assim, se pode notar que a primeira pergunta se encaixa com a segunda, pois ambas descrevem a crítica e autonomia dos alunos, fazendo que esta situação deve ser discutida e realizada pelos professores da educação do Brasil.

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. O gosto da pergunta, da crítica, do debate. O gosto do respeito à coisa pública que entre nós vem sendo tratada como coisa privada, mas como coisa privada que se despreza. (FREIRE, 1997, p. 60).

A resposta dos alunos 3 (três) e 4 (quatro), são exemplos de que o professor deve acolher o aluno e respeitar sua forma de aprender e até ensinar, sendo assim, o professor deve pedir para os alunos se sentarem em círculos, fazer atividades fora do ambiente da sala de aula, e procurar sempre discutir entre eles mesmo e professor os alunos ali relatados na aula, com o principal fim de trazer o aluno para aquele espaço.

Uma atividade a ser incluída na vida normal político-pedagógica da escola poderia ser a discussão, de quando em vez, de casos como os de que falei agora. A discussão com alunos sobre o que representa para nós, a curto e a longo prazo, semelhante sem-vergonhice. Do ponto de vista do desfalque material na economia da nação como do dano ético que esses descabros nos causam a todos nós. É preciso mostrar as cifras às crianças, aos adolescentes e dizer-lhes com clareza e com firmeza que o fato de os responsáveis agirem assim, despudoradamente, não nos autoriza, na intimidade de nossa escola, a arrebentar as mesas, estragar o giz, desperdiçar a merenda, sujar as paredes. (FREIRE, 1997. p. 60).

O espaço escolhido pelos alunos e professor também se torna uma importante ferramenta para que os alunos se sintam acolhidos e assim consigam absorver os conteúdos de forma didática e criativa, para seu melhor desempenho. Uma outra ferramenta é deixar o aluno sempre participar dos debates e situações mencionadas em sala de aula.

**Questão 3:** De acordo com sua vivência, quais práticas pedagógicas os alunos da EJA mais gostam

-Resposta 1: Acho que os alunos gostam de quando o professor presta atenção neles de fato e tenta fazer de tudo para eles aprenderem, não fica só falando o conteúdo e passando tarefas.

-Resposta 2: Quando o professor ensina usando coisas diferentes, passando outras atividades como programas, músicas, outros livros, eu acho que o aluno aprende mais.

-Resposta 3: Sempre que o professor faz algo que mostra que o assunto da aula está na nossa vida, eu aprendo muito mais.

-Resposta 4: Acho que usar filmes ajuda muito. Música e poemas eu também gosto muito, porque para mim a aula não fica só naquele lance de passar tarefas e deveres no quadro.

Assim, considerando que cada discente é único e se encontra diversas maneiras de lecionar com muita qualidade, é imprescindível a diversidade no que tange às práticas pedagógicas para que assim seja atingido um significativo número de alunos para o ensino do PROEJA. Assim sendo, não se deve empregar a mesma estratégia às vezes ministrada no ensino fundamental, ensino médio, tendo em vista que possuem contextos diferentes.

Como os demais saberes, este demanda do educador um exercício permanente. É a convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sócios-históricos-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica. A competência técnico científica e o rigor de que o professor não deve abrir mão no desenvolvimento do seu trabalho, não são incompatíveis com a amorosidade necessária às relações educativas. Essa postura ajuda a construir o ambiente favorável à produção do conhecimento onde o medo do professor e o mito que se cria em torno da sua pessoa vão sendo desvalados. É preciso aprender a ser coerente. De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável à mudanças.(FREIRE, 1996, p.7).

A multiplicidade de práticas pedagógicas como as citadas pelos estudantes em suas respostas devem ser levadas em consideração, tendo em vista que, os mesmos frequentam as aulas e possuem dificuldades para a presença de todos os dias, pois trabalham, estudam e necessitam do transporte público.

Portanto, as atividades em grupo na sala de aula, o incentivo a leitura, integrar as culturas, aprender e compartilhar os assuntos, debates entre alunos e professores, oportunidades dos discentes à fala, socialização, empoderamento dos alunos, entre outras práticas. Pontos esses que são essenciais para que o aluno se sinta motivado e acolhido a enfrentar as dificuldades e conseguir concluir o curso e a formação técnica.

#### **4 METODOLOGIA**

Quanto a metodologia, foi utilizado a pesquisa qualitativa, no qual será descrito o problema e as interpretações subjetivas e teóricas, com entrevistas a alunos que estão cursando o EJA e pesquisa bibliográfica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

E para finalizar esta pesquisa, o que se pode observar da Educação de Jovens e Adultos, na modalidade PROEJA na ótica dos discentes, que foi instituída de forma involuntária e causou muito impacto na Educação no Brasil. Trazendo muitos pontos positivos, e que ainda precisam ser aperfeiçoados conforme a evolução da sociedade.

Com o fim de evitar a evasão escolar e procurar identificar as maiores dificuldades na ótica dos discentes, essa pesquisa foi realizada, e assim, conclui-se que a Instituição, o professor, os alunos e todos que participam da formação desses alunos do PROEJA, devem cada um fazer sua parte para melhor desenvolvimento deste projeto.

Além disso, os discentes concluíram em suas respostas algumas oportunidades de melhorias, no que diz respeito aos professores. Desta forma, os mestres da Educação de Jovens e Adultos em conjunto com ensino técnico, de acordo com os teóricos e conclusões de alguns alunos, seria interessante ressignificar suas práticas pedagógicas, para melhor atender a toda demanda de alunos que possuem o interesse em concluir e conseqüentemente aprender mais na sala de aula.

Assim, de acordo com os ensinamentos dos teóricos aqui mencionados neste trabalho e as respostas dos discentes em relação a educação no Brasil, é possível visualizar que os alunos precisam de sempre que possível o professor diversifique a forma de ministrar uma aula para que assim, ele consiga sentir-se motivado a continuar e aprender a ser crítico e autônomo no mercado de trabalho.

Neste contexto, a evasão escolar pode diminuir e os alunos e professores continuarão a ensinar e aprender em conjunto com os discentes. Desta forma, o ensino automático com apenas exercícios diários para a casa não será rotina, e conforme as perspectivas dos alunos isso pode melhorar o ensino, uma vez que, muitos alunos trabalham durante o dia.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens – adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio Soares (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autentica, 2006, 2ª edição.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Azevedo, André Gomes de (Org). Manual de Mediação Judicial, 5ª Edição, Brasília/DF, 2015.

CUNHA, Maria Conceição da. Introdução - discutindo conceitos básico. In SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, mai. /jun./Jul./Ago. 2000, nº 714, p.108-130. Disponível em: Acesso em: 24/ 11/ 16.

PAIVA, Vanilda. Educação de popular e educação de adultos. São Paulo, Edições Loyola, 1987.

RIBEIRO, Vera Masagão, JOIA, Orlando, PIERRO, Maria Clara Di. Visões da educação de Jovens e Adultos no Brasil. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf). Acesso em 17/ 11/2016.

A Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/tema1.pdf>. Acesso em 7 de março de 2021.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 09 de março de 2021.

Currículo em movimento da educação básica. Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal., [s.d.].

[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/curric\\_mov/7\\_educacao\\_de\\_jovens\\_e\\_adultos.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/curric_mov/7_educacao_de_jovens_e_adultos.pdf) Acesso em 7 de março de 2021.

FERREIRA, Daisy de Carvalho. A Educação de Jovens e Adultos. Dia a dia Educação, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1711-6.pdf>. Acesso em 7 de março de 2021.

FREIRE. Paulo. Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar, 1997. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/16.-Professora-Sim-Tia-N%C3%A3o.pdf> Acesso em 15 de março de 2021.

FREIRE. Paulo. Pedagogia da Autonomia, 1996. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/9.-Pedagogia-da-Autonomia.pdf>. Acesso em 15 de março de 2021.

GADOTTI, FREIRE, GUIMARÃES. Moacir, Paulo e Sérgio. Pedagogia: Diálogo e Conflitos, 1995. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2021/01/Paulo->

Freire-PEDAGOGIA-DI%C3%81LAGO-E-CONFLITO.pdf>. Acesso em 15 de março de 2021.

Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. PROEJA. Documento Base. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf)> Acesso em 14 de março de 2021.